

(Des)igualdade de género e feminismo em Portugal, o país que viveu a mais longa ditadura da Europa Ocidental

Rita Correia Madeira

(Des)igualdade de género e feminismo em Portugal, o país que viveu a mais longa ditadura da Europa Ocidental

Rita Correia Madeira

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

ritacmadeira99@gmail.com

Resumo

A ideologia de género do Estado Novo, difundida nomeadamente pela Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) através da educação de jovens raparigas, vocacionava as mulheres para a maternidade, para o cuidado, para a vida do lar, apresentando o feminismo como adversário (Pimentel, 2007).

As dinâmicas de desigualdade existentes em pleno século XXI, reveladas pelos dados do Observatório das Desigualdades e do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, podem ser associadas, entre outros fatores, a uma visão paternalista e conservadora do papel social da mulher que é herdeira da ideologia salazarista.

Importa, então, analisar, numa perspetiva histórica, o movimento feminista e as (des)igualdades de género em Portugal, o país da mais longa ditadura da Europa Ocidental – uma “ditadura com uma ideologia de género fortíssima” (Amâncio, 2021, s/p).

Palavras-chave: desigualdades; género; feminismo; perspetiva histórica; ditadura salazarista

Abstract

The gender ideology of the *Estado Novo*, disseminated in particular by the *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF) through the education of young girls, remitted women to motherhood, care, home life, presenting feminism as an adversary (Pimentel, 2007).

The dynamics of inequality existing in the 21st century, revealed by data from the *Observatório das Desigualdades* and the European Institute for Gender Equality, can be associated, among other factors, with a paternalistic and conservative vision of the social role of women who are heirs of the Salazar's ideology.

It is therefore important to analyze, from a historical perspective, the feminist movement and the gender inequalities in Portugal, the country of the longest dictatorship in Western Europe – a “dictatorship with a very strong gender ideology” (Amâncio, 2021, s/p; free translation).

Key-words: inequalities; gender; feminism; historical perspective; Salazar dictatorship

Introdução

O regime salazarista tentou criar uma “nova mulher portuguesa” dedicada à família, ao lar, aos cuidados (Pimentel, 2007). Havia uma “fortíssima ideologia da ditadura à volta da feminilidade normativa — as mulheres tinham que obedecer, ser submissas, e ser boazinhas, e muito mães, e muito ternas” (Amâncio, 2021, s/p). A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), era, nomeadamente, um dos mecanismos de difusão desta ideologia do regime que, como consequência, originou um forte retrocesso no movimento feminista português (Rodrigues, 2017).

Pretende-se analisar neste texto, numa perspetiva histórica, as principais linhas do movimento feminista em Portugal, com principal enfoque no período da ditadura salazarista. A relevância desta temática prende-se com a necessidade de compreensão das especificidades do movimento feminista e o atraso nos estudos feministas no país com uma das mais longas ditaduras do século XX (Tavares, 2008).

Em simultâneo, pretendeu-se analisar a (des)igualdade de género no país, tendo em conta a tradição da ideologia salazarista sobre o ideal feminino. É de referir que trabalhos como este permitem “reinscrever as mulheres na história, dando-lhes visibilidade necessária para se ter uma outra visão da própria história” (Tavares, 2008, pp. 2) ao mesmo tempo que se compreendem dinâmicas atuais da sociedade portuguesa.

1. O Estado Novo e a criação da “nova mulher portuguesa”

O Estado Novo tinha a si associado um discurso ideológico, um sistema de valores que era transportado e difundido através de um “aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lares), com o propósito de criar esse particular «homem novo» do salazarismo” (Rosas, 2001, pp. 1031). A par da criação deste “homem novo”, dá-se, claro, a tentativa de criação de uma “nova mulher” (Pimentel, 2007), através de organismos de propaganda e difusão de ideologia, bem como pela inflexão radical e de sentido totalizante das políticas de ensino e de enquadramento da juventude e das mulheres (Rosas, 2001).

A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), enquanto organização que fazia parte de um programa de reforma nacionalista de formação ideológica através da educação nacional, é um excelente exemplo dessa inflexão radical das políticas de ensino e de enquadramento da juventude. A MPF é apenas uma de muitas entidades instituídas pelo regime salazarista que “tiveram como objetivo o controlo, a manipulação e a repressão dos portugueses” (Campina, 2014, p.36).

Segundo Pimentel (2007), a MPF surge em plena ditadura, tendo sido criada pelo Estado Novo, em decreto-lei, a 8 de dezembro de 1937. Foi uma organização estatal de

frequência obrigatória (pelo menos numa fase inicial), para as jovens entre os 7 e os 17 anos, que frequentassem o 1º ciclo dos liceus. O objetivo último era a formação de uma nova mulher, através da educação moral, cívica, física e social sob o mote “educada para ser boa esposa, boa mãe, católica e obediente” (Ibidem). A educação nacional do regime contava, então, com uma ideologia de género fortíssima (Amâncio, 2021), que se verifica desde logo pela separação entre a Mocidade Portuguesa para os rapazes, e MPF para as raparigas.

1.1. A Mocidade Portuguesa Feminina e a socialização de género

A MPF era da responsabilidade de uma outra organização - a Obra das Mães pela Educação Nacional, que ia, então, criar uma “nova mulher portuguesa”. A visão da família como unidade vital da sociedade, que remetia a mulher para os papéis de esposa, mãe e dona de casa (ou seja, para o espaço doméstico), era promovida univocamente pelo regime e suas organizações, interrompendo os processos de modernização feminina dos anos anteriores (Rodrigues, 2017). A primeira vaga do feminismo, que se tinha desenvolvido a partir das mulheres mais instruídas, procurava combater a posição de inferioridade feminina, lutando-se pela emancipação, reconhecimento e dignificação da mulher (especialmente em termos culturais e intelectuais) através de eventos, petições e na imprensa (Rodrigues, 2022). Estes processos e reivindicações feministas, assim como a visão da mulher livre e igual, são postos em causa e combatidos pelo regime com o objetivo de redefinir o papel da mulher portuguesa.

Essa redefinição do que era ser mulher ocorria tanto através da educação, no sentido mais formal, como em momentos informais de lazer (como o caso dos acampamentos nas férias). A obra de Pimentel (2007) demonstra bem como as várias esferas da vida das jovens raparigas eram influenciadas pela MPF, existindo uma variedade de regras para diferentes situações (desde regras para idas à missa, a regras para conviver com rapazes, passando por orientações sobre o que vestir, o que ler, que desportos praticar, etc).

A MPF ocupou de forma premente o espaço público, através de propaganda, de desfiles e ainda com a criação de um boletim (intitulado “Menina e Moça”). Eram transmitidos valores entendidos como intrinsecamente femininos, que pretendiam fazer das jovens mulheres futuras esposas que soubessem cozinhar, que gerissem o trabalho doméstico com as criadas, que tivessem um nível de conhecimento e cultura geral que apenas fosse suficiente para “acompanhar o futuro marido da mesma classe social” (Pimentel, 2007, p. 63). Comum a todas as orientações da MPF são os valores conservadores salazaristas, que formatavam as mulheres para a modéstia, para a família e para o lar.

Estes valores, que atravessavam a sociedade portuguesa da época, clara e diretamente patentes nas orientações e ensinamentos da MPF, estão associados a uma conceção da família que “radica numa visão funcionalista, de cariz conservador, atribuindo papéis

de género diferenciados, baseados em justificações biologizantes. A diferenciação dos géneros assenta na assunção determinista de características intelectuais inerentes ao homem, que o predispõe no sentido da melhor tomada de decisão, proporcionada pela habilidade de cultivação e exposição do pensamento. Atribuem-se, em complementaridade, traços emotivos à mulher, tida como dócil, terna e biologicamente predisposta à devoção familiar” (Rodrigues, 2017, pp.33). Tal ideologia tem repercussões ao longo da história da sociedade portuguesa, afetando as dinâmicas de (des)igualdade de género e o próprio movimento feminista no país.

2. O feminismo em Portugal numa visão histórica

Analisando alguns traços do percurso do feminismo em Portugal numa lógica cronológica, tendo por base a abordagem de Tavares (2008), constata-se que, na década de 50, o ativismo das mulheres passou a centrar-se na luta antifascista, contra o regime. Ou seja, as reivindicações de cariz feminista acabaram por se diluir. Esta autora refere que a luta das mulheres contra a ditadura esqueceu questões do movimento feminista anterior (das décadas de 20 e 30), sendo que as reivindicações feministas de igualdade e liberdade individual, cívica, política e profissional eram tidas como secundárias no contexto geral de luta política. Efetivamente, as principais reivindicações do feminismo da primeira vaga, como o direito à educação, a necessidade de alterar o código jurídico e formular uma lei do divórcio, o direito ao trabalho e ao salário, entre outras (Rodrigues, 2022), foram secundarizadas mesmo nos setores da oposição.

Além disso, é de referir que, durante o período do salazarismo, o discurso antifeminista era muito forte e condicionava ideologicamente a sociedade portuguesa. Neste sentido, a palavra feminismo e as reivindicações do movimento não são incluídas na oposição ao regime. Os obstáculos ao pensamento e ação feminista surgiam de diversos grupos (desde os republicanos aos salazaristas, passando pelos dirigentes da Igreja Católica, envolvendo tanto homens como mulheres) e acentuaram-se com a consolidação do Estado Novo, pela inexistência de espaços organizativos das mulheres que não fossem os instituídos pelo regime, e com o clima internacional de fragilidade no movimento feminista com a Segunda Grande Guerra (Tavares, 2008).

Em 1960, apesar de se verificarem grandes ruturas com conceções conservadoras sobre o papel social da mulher na Europa e nos Estados Unidos, Portugal mantém-se numa luta (única) contra a ditadura, focando a desigualdade de classe e sem espaço para as questões de género. Durante este período, marcado pela movimentação estudantil, as reivindicações feministas não ganharam espaço. No entanto, o início da guerra colonial vem alterar um pouco o panorama nacional: começam a crescer movimentações contra a guerra, que têm elevada participação feminina, num clima de grande revolta. De qualquer forma, apesar do protagonismo histórico das mulheres pela sua ampla participação na oposição ao regime (e à guerra), a movimentação social de oposição

continuava a secundarizar as reivindicações específicas da luta das mulheres.

Pode dizer-se que a década seguinte é uma década de mudanças fundamentais, desde logo graças à revolução de abril de 74. A democracia política permitiu alguns avanços no domínio dos direitos das mulheres, no entanto, “nunca combateu activa e conscientemente” a ideologia de género da ditadura que era “muito forte” e “muito eficiente” (Amâncio, 2021, s/p).

Ainda sobre os anos 70, de acordo com Tavares (2008), algumas questões da segunda vaga do feminismo são captadas por grupos e associações em Portugal. Surgem novas áreas de intervenção feminista que passam pela violência doméstica, pelo aborto, pela liberdade sexual, entre outras. Estes temas vão-se desenvolvendo ao longo da década de 80. O debate é, no entanto, pouco aprofundado e foge a todo o custo da palavra “feminismo”. De qualquer forma, é uma época de avanços nos direitos das mulheres portuguesas – assistiu-se à multiplicação de seminários e de colóquios sobre os direitos das mulheres, a questão do aborto estava na agenda política e novas questões (como a violência sobre as mulheres e a falta da sua presença em cargos de poder) começaram a ser abordadas, abrindo portas para os desenvolvimentos feministas da década seguinte.

O movimento feminista rejuvenesce a partir de 1990 com a globalização, devido à articulação entre redes de mulheres numa escala internacional, a partir da internet. Em Portugal, a participação nessas redes é feita por algumas associações, tanto em ações nacionais como internacionais, mas ainda de forma limitada (Ibidem). Foi o início de um período de grande mudança, onde o movimento feminista, na sua diversidade, abarca várias causas, cruzando velhas e novas reivindicações. Abriam-se espaços para o debate sobre a paridade e a liderança feminina, a violência de género, os direitos das mulheres lésbicas e imigrantes, o tráfico de mulheres, a prostituição.

As visões tradicionais da família, inerentes ao discurso do Estado Novo, têm vindo a ser desafiadas em Portugal. Outros avanços nos direitos das mulheres ocorreram: entrada da mulher no mercado de trabalho, direito ao voto, igualdade perante a lei, maior liberdade sexual, direito à interrupção voluntária da gravidez etc. No entanto, outras desigualdades persistem dada a preservação de “mecanismos estruturais de subordinação das mulheres” (Tavares, 2008, pp. 573), como será explorado no capítulo seguinte.

O feminismo em Portugal está marcado por uma acentuada descontinuidade no movimento devido à ditadura salazarista. Para além da forte ideologia de género do regime e do seu antifeminismo, a fragilidade do movimento decorre ainda da secundarização da luta das mulheres no lado da oposição ao regime. Na verdade, houve uma “falta de questionamento da subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos” e uma “falta de entrelaçamento das questões democráticas e de classe com as

de género” o que causou a “diluição do feminismo no antifascismo. Apesar das transformações democráticas do país após Abril de 1974 e da grande participação das mulheres, a palavra – feminismo permaneceu fora da linguagem política e a despenalização do aborto só conseguiu ser alcançada no novo milénio” (Tavares, 2008, pp.5).

Em suma, ainda de acordo com a mesma autora, está em causa o silenciamento do feminismo com o Estado Novo devido à opressão do regime, bem como a dissolução do feminismo na luta antifascista e consequente falta de espaços para o mesmo na oposição (nomeadamente na revolução de abril). Verificou-se que o período pós-revolucionário não trouxe grandes alterações em termos de igualdade de género, até porque, em 1975, a política era profundamente masculina (Cabrera, 2021).

Tudo isto resulta num afastamento do feminismo das lutas sociais nas últimas duas décadas do século XX, mas também tem consequências em pleno século XXI (ainda que já tenham ocorrido importantes avanços em termos de igualdade de género, especialmente em termos político-legais).

3. Desigualdade de género no Portugal do século XXI

Efetivamente, a desigualdade de género persiste em Portugal, atravessando várias esferas. Por exemplo, a questão da igualdade na liderança, isto é, nos cargos de poder e representação, está longe de se concretizar (Cabrera, 2021).

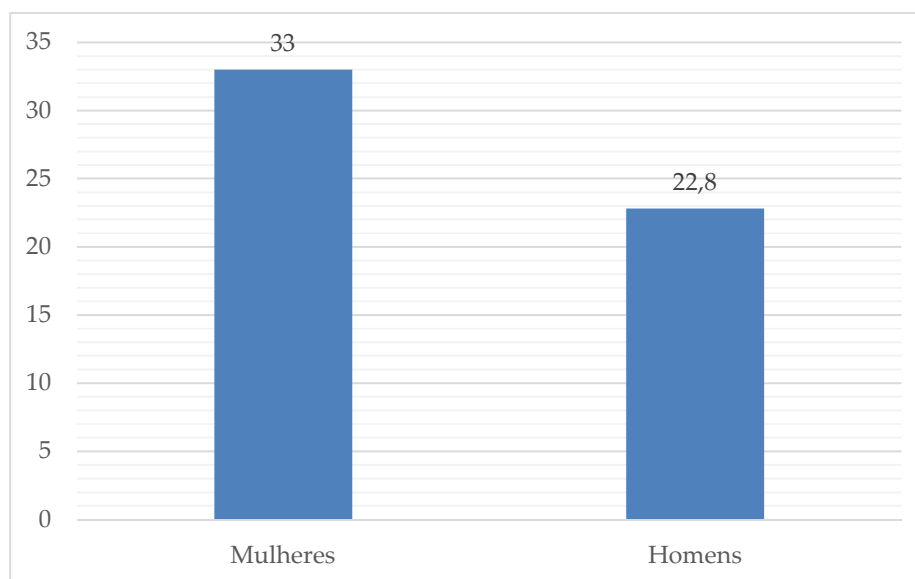
São diversos os indicadores estatísticos que revelam a falta de igualdade entre homens e mulheres no país. Segundo o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE, 2020), em Portugal é muito mais provável que as mulheres se dediquem ao trabalho doméstico do que os homens, sendo que esta diferença é uma das maiores da Europa. Isto culmina numa desigualdade em termos de uso do tempo: as mulheres gastam mais tempo a cuidar dos filhos, netos, idosos ou outras pessoas com incapacidades, a cozinhar ou a fazer tarefas domésticas quotidianas, em atividades de voluntariado ou caridade (atividades de cuidado em prol dos outros) e menos tempo em atividades desportivas, culturais e de lazer do que os homens. Amâncio & Correia (2019) destacam que esta assimetria é uma singularidade do caso português. Ocorreu uma transição para o modelo de duplo emprego, em que as mulheres entraram no mercado de trabalho ao mesmo tempo que permaneceram responsáveis pelo trabalho doméstico. Segundo as autoras, esta desigualdade está fortemente interiorizada e chega a ser naturalizada, tanto pelas próprias mulheres (que se consideram responsáveis pelo trabalho doméstico) como pelos homens (cuja participação no lar é entendida como ajuda e não é dividida de forma igualitária).

Além da desigualdade no tempo despendido em trabalhos domésticos e de cuidados, verifica-se que o próprio tipo de trabalho realizado por homens e por mulheres é

distinto. Isto é, a própria distribuição de tarefas domésticas revela desigualdade: os homens tendem a participar em atividades de construção e reparação ou em assuntos administrativos sendo que, em muitos casos, o fazem para seu próprio benefício; já as mulheres, desempenham as tarefas mais rotineiras e confinadas ao espaço interior da casa (tais como: preparação de refeições, limpeza, cuidar da roupa), sendo esse trabalho em benefício de todo o agregado familiar (Perista, 2002).

Além disso, continuamos a ver uma genderização das profissões, sendo que as mulheres se dedicam mais a áreas como a educação, as humanidades, as artes e a saúde (EIGE, 2020). Mesmo num cenário em que há mais mulheres do que homens a concluir o ensino superior (Figura 1), ou seja, com um incremento das habilitações da parte das mulheres, o mercado de trabalho continua a ser atravessado por inúmeras desigualdades. O trabalho feminino “tanto em termos de quantidade, como de qualidade, como ainda de condições laborais (...) fica muito aquém daquele que prevalece nos países europeus de modernidade avançada” (Machado & Costa, 1998, p. 31).

Figura 1 – Percentagem de mulheres e homens que concluíram o ensino superior em Portugal, em 2020

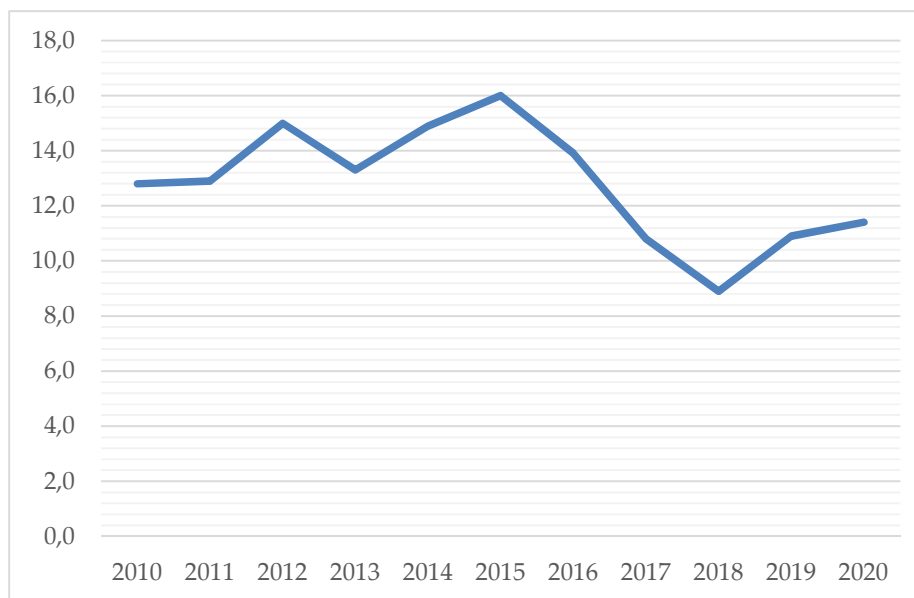


Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades (s.d.).

O mercado de trabalho é, de facto, altamente desigual. Dados do Observatório das Desigualdades (s.d.) relativos ao ano de 2020 revelam que havia mais mulheres desempregadas do que homens (sendo a taxa de desemprego 7,1% no caso das primeiras e 6,6% para os segundos) e que havia mais mulheres em situação de precariedade – isto é, com contratos temporários (com uma incidência de contratos temporários de 18,1% para o sexo feminino e 17,4% no sexo masculino) ou a trabalhar a tempo parcial (10,1% no caso das mulheres e 4,9% no caso dos homens). A taxa de subutilização do trabalho feminino estava nos 15,4% (mais 3 pontos percentuais do que no caso dos homens).

Em termos salariais, verifica-se que a disparidade entre homens e mulheres tem vindo a aumentar no país desde 2018 (Figura 2), sendo que, em 2020, era de 11,4%. Isto significa que, nesse ano, as mulheres ganharam, em média, 88,6 cêntimos por cada 1 euro ganho pelos homens.

Figura 2 - Disparidade salarial entre homens e mulheres em Portugal, entre 2010 e 2020



Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades (s.d.).

As mulheres portuguesas estavam, em 2020, mais vulneráveis do que os homens à privação material e à pobreza. A taxa de privação material era de 14% no caso das mulheres e 13% no caso dos homens; já a proporção de população em risco de pobreza ou exclusão social estava nos 22,2% no sexo feminino e nos 20,8% no sexo masculino (Observatório das Desigualdades, s.d.).

Tendo em conta o Índice de Igualdade de Género (um indicador composto), constata-se que Portugal se encontra abaixo da média da União Europeia (EIGE, 2020). Apesar de, desde 2010, existirem sinais de progresso em termos de igualdade entre homens e mulheres, todos estes dados demonstram que existe ainda um caminho a percorrer. De facto, apesar dos avanços, a igualdade está ainda longe de ser uma realidade (Campina, 2014).

Estas desigualdades de género acentuam-se em épocas de crise. A pandemia teve um forte impacto na vida das pessoas, especialmente nos grupos mais vulneráveis, onde se incluem as mulheres. De facto, as mulheres trabalhadoras têm sido as mais afetadas, enfrentando perdas de emprego e o acréscimo das tarefas em casa. Além disso, são “dominantes nos setores de trabalho doméstico e temporário, assistência social e de saúde. Têm menos proteção social e estão mais facilmente expostas ao risco de infeção e transmissão” (Cerqueira, 2020, p. 4).

3.1. Portugal desigual – uma herança dos valores salazaristas?

Amâncio & Correia (2019) falam-nos de um padrão tradicional num quadro de alguma modernização. Essencialmente, destacam continuidades nas assimetrias de género que podem ser relacionadas com a herança ideológica da ditadura salazarista. Essa visão ideológica que, como referido, afastava as mulheres da esfera pública, remetendo-as para o trabalho doméstico, para profissões ligadas ao cuidado, para a dependência financeira, para um futuro que passava necessariamente pela maternidade e pelo casamento, teve repercussões na sociedade portuguesa que se sentem ainda nos nossos dias (tal como demonstram os dados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género e do Observatório das Desigualdades).

O Governo de Salazar difundiu um pensamento altamente conservador, confinando a mulher à esfera privada. Para Goellner & Jaeger (2007), a opressão feminina era tal e acontecia em tantas esferas que até afetava questões relacionadas com a saúde e com o corpo. Estas autoras acrescentam que, enquanto a mulher era associada aos papéis de mãe, esposa, dedicada à família, o regime apresentava o feminismo como a ruína da família e, por consequência, ruína do Estado. Desta feita, e tal como referido anteriormente, deu-se um recuo significativo no movimento feminista português devido à opressão política (até mesmo porque algumas movimentações feministas anteriores, como o caso do Congresso Feminista de 1924, são depois silenciadas pelo regime ditatorial).

O próprio caminho para uma maior igualdade entre homens e mulheres foi afetado pela ditadura: o(s) processo(s) pela igualdade foram especialmente longos e polarizados, com confrontos dentro e fora do Parlamento português – a despenalização do aborto, nomeadamente, prolongou-se entre 1974 e 2007 (Cabrera, 2021).

Amâncio (2021) afirma que a ideologia de género do regime salazarista era muito forte e eficiente. A autora defende, ainda, que essa ideologia da desigualdade nunca foi ativamente combatida. É neste sentido que assistimos a alguma modernização, em termos de melhorias formais rumo à igualdade, enquanto se mantém a visão tradicionalista e conservadora que remete a mulher para o cuidado e para o trabalho doméstico. Isto ocorre numa dinâmica de desigualdade interiorizada (Amâncio & Correia, 2019).

Portugal permanece um país singular onde os processos de mudança estrutural e certas “marcas de modernidade coexistem com outras que, pelo contrário, se pode dizer resultarem, no renovado sentido do conceito, de importantes défices de modernização” (Machado & Costa, 1998, p. 17).

Conclusão

A ideologia de género do Estado Novo, difundida, nomeadamente, pela Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) através da educação de jovens raparigas, vocacionava as mulheres para a maternidade, para o cuidado, para a vida do lar, apresentando o feminismo como adversário, como inimigo da nação (Pimentel, 2007).

Claro que a génese desta visão, que remete a atuação da mulher à esfera privada, não surge no Estado Novo, contudo “o regime salazarista promoveu univocamente esta conceção, denegrindo a perceção de outras lógicas de vida familiar e criando, como era prática habitual, instrumentos legais, propagandísticos e culturais de veiculação da sua mensagem” (Rodrigues, 2017, pp.33), interrompendo o processo de modernização feminina e feminista iniciado nos anos 20.

As dinâmicas de desigualdade entre homens e mulheres da atualidade não são as mesmas que as do período de ditadura. Tais dinâmicas recompuseram-se, transformaram-se, adaptaram-se, muito por força de avanços formais e legais em nome da igualdade de género (o direito ao voto, o direito à interrupção voluntária da gravidez, a lei da paridade, a igualdade perante a lei, etc).

No entanto, a ideologia de género típica do regime de Salazar que remete a mulher para o espaço doméstico, para o privado, para os cuidados, ainda está presente. Persiste uma visão paternalista e conservadora do papel social da mulher, que está na base, entre outros fatores, das dinâmicas de desigualdade existentes em pleno século XXI. Os dados apresentados acima revelam que existem desigualdades no trabalho doméstico, no mercado laboral, no uso do tempo, na escolha de profissões, na educação. São dinâmicas desiguais internalizadas, naturalizadas, justificadas pelos atores sociais (Amâncio & Correia, 2019), herdeiras da visão salazarista sobre o papel social da mulher.

No futuro, a caminho de uma maior igualdade de género, “Portugal deverá desenvolver uma ação corretiva, eliminando a manipulação ideológica, que vise sobretudo a educação para os direitos humanos, de todos/as e para todos/as” (Campina, 2014, p. 46).

Referências bibliográficas

Amâncio, Lígia & Correia, Rita (2019). Em busca da igualdade: percepções de justiça e divisão do trabalho doméstico – mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 90, 77-94.

Amâncio, Lígia (2021, março 1). Entrevista por Lopes, Ana Sá. Tivemos uma ditadura com uma ideologia degénero fortíssima que nunca foi posta em causa. *Público*.

Cabrera, Ana (2021). Feminismo, poder e representações mediáticas ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa. *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, 16, 179-203.

Campina, Ana (2014). O paradigma do discurso e dos discursos dos Direitos Humanos em Portugal: do Salazarismo à atualidade. *Debater a Europa*, 11, 27-47.

Cerqueira, Carla. (2020). Desigualdades de género em tempos de pandemia. *Communitas Think Tank – Ideias*.

EIGE – Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2020). *Índice de Igualdade de Género 2020 Portugal*.

Goellner, Vilodre & Jaeger, Angelita Alice (2007). Os feminismos em Portugal [Revisão do livro *O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*, por Amâncio, Tavares, Joaquim & Almeida (Org.)]. *Revista Estudos Feministas*. 15 (3), 823-841.

Machado, Fernando Luís & Costa, António Firmino da (1998). Processos de uma modernidade inacabada: Mudanças estruturais e mobilidade social. In Viegas, José Manuel & Costa, António Firmino da (Orgs.). *Portugal, que Modernidade?* Celta Editora.

Observatório das Desigualdades (s.d.). *Indicadores*. Consultado em Abril, 8, 2022 em: <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/indicadores/>

Perista, Heloísa (2002). Género e trabalho não pago: os temas das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, XXXVII (163), 447-474.

Pimentel, Irene Flunser (2007). *Mocidade Portuguesa Feminina*. Esfera dos Livros.

Rodrigues, Beatriz (2022, janeiro 1). Um olhar sobre a primeira vaga do movimento feminista português. *Público*.

Rodrigues, Francisco Pereira da Silva Pais (2017). *O discurso de Eva: posicionamentos de uma revista feminina perante a condição social da mulher durante o Estado Novo (1930-1950)*. (Tese de Mestrado em Sociologia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Rosas, Fernando (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*. XXXV (157), 1031-1054.

Tavares, Maria Manuela Paiva Fernandes (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. (Tese de Doutoramento em Estudos Sobre as Mulheres). Universidade Aberta.

WORKING PAPERS

4ª Série

Editora/Editor: Sara Melo

Comissão Científica/ Scientific Committee: Inês Maia, João Aguiar, Rute Lemos

Uma publicação seriada online do

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Working Papers IS-UP are an online sequential publication of the

Institute of Sociology of the University of Porto

R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on:

<https://sociologia.up.pt/working-papers>

ISSN: 1647-9424

WORKING PAPERS IS-UP nº94

Título/Title

"(Des)igualdade de género e feminismo em Portugal, o país que viveu a mais longa ditadura da Europa Ocidental"

Autora/Author

Rita Correia Madeira

A autora, titular dos direitos desta obra, publica-a nos termos da licença Creative Commons

"Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha" nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).